

As Forças Armadas Bolivarianas: povo em armas?

Natalia Scartezini*

Resumo

O presente trabalho busca contextualizar, através de um levantamento histórico, a noção de *pueblo en armas* em voga na Venezuela atualmente para tratar da inserção dos militares na chamada Revolução Bolivariana, bem como da imanente militarização dos civis dentro desta perspectiva revolucionária. Através desta contextualização e do levantamento do que seria a idéia de *pueblo en armas* dentro das esferas oficiais do governo, busca-se entender qual é a nova configuração das Forças Armadas na Venezuela e levantar seus pontos passíveis de críticas tanto quanto aqueles que se demonstram interessantes para a construção do Socialismo *no* Século XXI. Para além de qualquer pretensão em exaurir o tema, o intuito maior deste texto é fomentar o debate sobre o assunto, que tem dado mostras claras de ser de indispensável estudo para àqueles que anseiem compreender a configuração socio-política da Venezuela Bolivariana.

Palavras-chave: Venezuela; militarismo; Revolução Bolivariana; Socialismo.

Abstract

The following work seeks to contextualize, through a historical background, the current *pueblo en armas* concept in Venezuela in order to deal with the military insertion in the so called Bolivarian Revolution and the immanent militarization of civilians into such revolutionary perspective. Gathering information on the idea of the *pueblo en armas* inside official government spheres, we seek to understand which is the new Armed Forces configuration in Venezuela and elicit its points up to criticism as well as those that show themselves valuable for the construction of Socialism in the 21st century. We do not wish to exhaust the topic, but to foster a debate around a matter that has been giving clear signs of it indispensable study to those who wish to comprehend Bolivarian Venezuelan sociopolitical configuration.

Key words: Venezuela; militarism; Bolivarian Revolution; Socialism.



* NATALIA SCARTEZINI é Cientista Social e mestranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual Paulista - UNESP - Campus de Araraquara/SP. Atua no estudo do panorama político-social da Venezuela contemporânea.

A tradição militar da Venezuela vem de longínqua data. Com Simón Bolívar, a categoria militar ganhou grande relevância no cenário político do país. O “Libertador”, à frente das forças armadas e sob a patente de Capitão Geral dos Exércitos, conduziu a então América Espanhola à Independência. Para além da personificação das forças armadas na figura de Bolívar, houve uma mudança qualitativa no papel que estas exerceriam no processo de independência. Visando consolidar o Estado Nacional, as forças armadas ficaram incumbidas de velar pela paz social e pela proteção da soberania, tornando-se protagonistas da insurreição patriótica numa perspectiva diversa da até então atribuída a esta instituição, no que tange à participação efetiva das classes subalternas no levante. Escravos fugidos, camponeses expropriados e empobrecidos, o incipiente proletariado urbano, já bastante depreciado pela lógica capitalista, eram aqueles que engrossavam as fileiras do *Ejército Libertador* e onde a ideologia bolivariana mais repercutia.

Para Xavier Rodríguez-Franco (2006) o culto à figura de Simón Bolívar, apregoadado desde o final do século XIX, caracteriza-se no melhor exemplo de como os aspectos militar e político têm estado intimamente relacionados na cultura política venezuelana. A tradição político-militar foi se consolidando ao longo do tempo e entre as classes empobrecidas. Episódio emblemático da aliança povo-exército foi a Guerra Federal, liderada por Ezequiel Zamora.

As origens da Guerra Federal (1858-1863) datam do próprio processo de Independência do país. As promessas e

os compromissos firmados com as classes dominadas e não cumpridos pela classe dominante no período do pós-independência foram o estopim dos levantes populares. Sucumbidos pela grande miséria, desesperançosos diante das promessas de liberdade e igualdade, atemorizados frente à retomada da escravidão, dissimulada sob novas formas de exploração do trabalho - como a escravidão por dívidas - e pelo pior de tudo, o reclame factual dos escravos pelos seus antigos senhores que se baseavam nas determinações dos Tribunais e Juntas de Manumissão. Motivos suficientes para que, sob o comando de outro grande líder da história venezuelana, Ezequiel Zamora, o povo se organizasse e se armasse sob o comando das Forças Armadas. Nomeado por Zamora como *Ejército del Pueblo*, contava com a participação maciça de ex-escravos, escravos fugitivos, devedores, desempregados, delinquentes, camponeses, indígenas expulsos de suas terras e trabalhadores urbanos.

A Guerra Federal começou a ser idealizada por Zamora em 1846, quando este liderou milhares de insurreições camponesas. Com grande conteúdo anti-oligárquico e sob a consigna “*tierra y hombres libres. ¡Horror a oligarquía!*” estes levantes são considerados como um dos momentos em que as classes subalternas se fizeram “povo em armas”. Citando Brito Figueroa, Carla Ferreira afirma que Zamora se preocupava efetivamente com a formação de uma cultura do “povo em armas”, tanto através da formação acadêmica deste povo, quanto através das estratégias militares e de



guerrilha. (BRITO FIGUEROA, 1996, p. 342 apud FERREIRA, 2006, p. 78).

Porém, com a morte de Zamora em condições ainda mal esclarecidas, o que predominou dentro da Guerra Federalista foi a opção conciliatória. Ainda que a análise política da Guerra Federal não faça parte do escopo deste trabalho, é possível afirmar que com a morte de Zamora, entendida como o recrudescimento das forças políticas conservadoras e que logrou a tomada de liderança por parte destas, o movimento federalista desligou-se de suas raízes populares e caminhou pelas vias do fortalecimento do Estado liberal - ainda que as reivindicações populares se circunscrevessem a uma “esfera revolucionária” bastante limitada, dialogando majoritariamente com os latentes ideais liberais de liberdade e igualdade. Sem adentrar no âmbito da análise que diz respeito ao uso político das classes subalternas por parte das elites emergentes, este episódio da história venezuelana pode ser considerado a insígnia de um momento onde as classes subalternas e marginalizadas se reúnem, se organizam e se armam a fim de garantir seus interesses.

Assim, com a consolidação do Estado liberal, as Forças Armadas assumiram progressivamente o clássico papel constitucional da neutralidade política, destoando do projeto idealizado por Ezequiel Zamora com o seu *Ejército del Pueblo*. O profissionalismo e a suposta neutralidade política passam a marcar a instituição; e a ignorância e a posição alheia à sociedade e aos seus problemas passaram a marcar o militar. Exemplo desta tentativa de isenção política é o Artigo 132 da Constituição da República da Venezuela, de 1961, que institui as Forças Armadas como uma “*institución apolítica, obediente y no*

deliberante”. (CALDERA, 2008, p. 20).

Esta perspectiva de neutralidade começou a mudar formalmente quando, em 1971, entrou em vigor o chamado *Plan Andrés Bello* que visava a profissionalização dos militares e atentava também para a sua formação intelectual. A grande inovação deste projeto relacionava-se à formação acadêmica dos militares, que podiam optar pelas áreas de Ciências, Educação ou Administração e deveriam ser capacitados a interpretar a realidade social e política do seu país e intervir diretamente sobre ela.

La más trascendente, desde el punto de vista del impacto histórico causado: inculcar en la nueva camada de oficiales una sesgada lectura de la sociedad venezolana, traducida en la necesidad de modificarla y en el convencimiento de que la fuerza armada tiene la responsabilidad de y la capacidad para hacerlo. (...) Puede apreciarse, entonces, con cierta claridad, el antes y el después trazado por el Plan Andrés Bello en la historia de las relaciones civiles y militares en Venezuela contemporánea. Con la aplicación del mismo se produjo una ruptura generacional en los cuarteles, y la secuela evidente del hecho fue el despertar de las aspiraciones políticas de una porción a todas luces pretoriana de la fuerza armada nacional, de la cual lo menos relevante es su cuantificación, pues más allá de contar el total de afectos a la tendencia, lo pertinente es vislumbrar el impacto histórico causado. (BUTTÓ, 2004, sp).

O impacto histórico, do qual Buttó (2004) nos fala, pode ser simbolizado pela figura de Hugo Rafael Chávez Frías que fez parte da primeira leva

(1975) - chamada de Simón Bolívar - de militares formados sob esta nova lógica.

Militar, com formação acadêmica e militante, Chávez estudou a realidade latino-americana e em muitos casos a conheceu de perto. Suas primeiras manifestações políticas datam da década de 1980 e conquistaram grande relevância em 1992. Após uma fracassada tentativa de golpe de Estado por uma junta militar por ele liderada, o intento de se chegar ao poder sofreu um recuo oficial, mas, extra-oficialmente se solidificou e conquistou apoio nos meandros da sociedade. Utilizando sua eloquência em uma aparição televisiva após ser preso pela tentativa de golpe, Chávez assume a responsabilidade pelos feitos e deixa em aberto a possibilidade de uma retomada das investidas bolivarianas: atitude que se transformou em uma bem sucedida propaganda político-partidária e elevou sobremaneira a popularidade do novo líder. Difundindo sua ideologia e fazendo-se conhecido, Chávez colheu os frutos deste levante quando foi eleito presidente da República em 1998.

Desde então, as Forças Armadas estão sendo entendidas como sinônimo do próprio governo. Natural que haja uma maior aproximação desta categoria com o governo, já que o atual presidente possui a patente de tenente-coronel e é natural, ainda, que se anseie por coaduná-la às suas bases principais de apoio político, as classes subalternas.

Militares e Ideologia

A idéia apregoada por Hugo Chávez é a de que nos episódios da Independência e da Guerra Federal, povo e Forças Armadas eram uma só força. Segundo ele, esta dissociação haveria ocorrido com o objetivo de dividir estas forças da nação e desta forma dominar o país e subjugar o povo. Assim, o intento de

seu governo, no que tange às Forças Armadas, é reaproximá-las e identificá-las com o povo, fazendo-as exercer um papel social que outrora lhe foi subtraído, conquistando posição privilegiada no cenário político. Atribuir direitos, obrigações e responsabilidades diferentes das que vigoravam anteriormente e uma identidade popular às Forças Armadas: é o que se percebe nos discursos presidenciais. Segundo Chávez, a Revolução Bolivariana deve:

fortalecer el poder nacional en todos sus aspectos: moral, político, social, económico, militar, territorial, y ése es el compromiso nuestro, y ustedes [militares] tienen que ver en todos los frentes, nuestra Fuerza Armada, ustedes los militares, los oficiales venezolanos, tienen que participar en el frente económico. Yo quiero que la Fuerza Armada participe cada día más en el desarrollo económico del país de muchas maneras. Aquí hay mucho potencial creativo, investigativo, técnico. Desde el punto de vista político también, la conciencia patriótica, la ideología bolivariana; eso tiene mucho que ver con lo político, apoyando el poder popular, los consejos comunales, las comunas, integrándose con las comunidades; el Poder Nacional, el poder científico, tecnológico, donde la Fuerza Armada está, en todo ello ustedes están incorporados, pero yo quiero que se incorporen cada día mucho más. (DESPACHO DEL PRESIDENTE, 2009a, p. 6).

O movimento que se inicia com a combatividade de Simón Bolívar e Ezequiel Zamora, passa pelo não aparelhamento ideológico formal da Constituição de 1961 e pelas iniciativas de politização de 1975, atinge um momento de transformação decisiva em 1999 e seu ponto mais alto em 2007.

Em 1999, primeiro ano do mandato de Chávez e ano que entra em vigor a nova Constituição, as Forças Armadas Nacionais sofrem uma primeira grande modificação em seu caráter ideológico e político. Fica estabelecido o direito dos militares ao voto (Art. 333) – que lhes era negado até então – e sua inserção no desenvolvimento nacional, e, determina-se ainda, que a instituição deixa de ser apolítica e passa a vigorar como uma instância “sem militância política”.

Assim, a Força Armada Nacional – que em 2007 passou a se chamar Força Armada Bolivariana - deixa de ser uma instituição formalmente neutra politicamente e passa a ser identificada como uma das instâncias mais fundamentais para a construção do projeto de governo chavista. Entendida, a partir da Reforma Constitucional de 2007, como uma instituição que “*profesa un espíritu patriota, popular y antiimperialista*” passou a buscar a consolidação do “*poder nacional en la lucha contra las intenciones imperialistas y en la consolidación del ejército democrático y soberano*”. (Idem, p. 3). Buscando adequá-la mais perfeitamente ao projeto bolivariano, são modificadas sua filosofia e algumas de suas atribuições.

Segundo o Artigo 328 da Constituição de 1999, mediante a citada Reforma de 2007, “*La Fuerza Armada Bolivariana constituye un cuerpo esencialmente patriótico, popular y antiimperialista*” que visa preservar a Nação de “*cualquier ataque externo o interno*”, mediante o estudo, difusão e execução da doutrina militar bolivariana e sob a guerra popular de resistência. O referido artigo também determina a participação permanente da Força Armada Bolivariana em tarefas de manutenção da segurança interna, assim como “*la*

participación activa en planes para el desarrollo económico, social, científico y tecnológico de la Nación”. E afirma ainda que as Forças Armadas Bolivariana não se submeterão a “*oligarquía alguna o poder imperial extranjero*”. (DESPACHO DEL PRESIDENTE, 2007b, p. 147-154).

Desta maneira, o governo passa a exigir efetiva participação dos militares em seus programas sociais, bem como sua participação política e a adequação à ideologia bolivariana. Os militares deveriam se declarar, cada vez mais, como uma força radical, antiimperialista, revolucionária, bolivariana e socialista. Segundo o governo, tal qual o Exército norteamericano é um instrumento para a consolidação do imperialismo, o Exército venezuelano deverá ser um instrumento para a consolidação do socialismo. A doutrina militar passa a ser regida agora pelo mote “*patria, socialismo o muerte*”. (NORDEN, 2008, p. 183).

A ideologia bolivariana em curso instaura uma nova forma de pensar o Exército, a Guarda Nacional, etc., onde o protagonismo seria das classes subalternas, que deixariam de ser entendidas como alheias às Forças Armadas para transformarem-se elas próprias no “Exército Libertador”, remetendo-se claramente à própria história do país. Assim, ao tratar da questão das Forças Armadas, o atual governo venezuelano as designa propriamente como o “povo em armas”: povo que se municia de um arsenal bélico concomitantemente ao incremento de sua cultura política.

A grande preocupação do governo no que tange às Forças Armadas é instruí-la intelectualmente e, como vimos, colocá-la em contato direto com a ideologia bolivariana: “*Cada cuartel*

tiene que ser una escuela hoy, y eso es obligatorio, una escuela de ideología, del Proyecto Nacional Simón Bolívar, de discusiones". (DESPACHO DEL PRESIDENTE, 2009b, p. 11).

Sendo assim, o fundamental deste novo contexto histórico é formar militares capazes de pensar por si próprios, capazes de formular leituras críticas e radicais do mundo e a partir delas intervir diretamente na sociedade venezuelana e auxiliar, ou co-protagonizar, a construção do Socialismo do Século XXI. Por isso, a formação acadêmica e o estudo contínuo por parte destes oficiais tornou-se central. Citando Simón Rodríguez, Chávez afirma que *"todos los militares de talento envainan la espada para abrir los libros"*, e ordena: *"!Desvainen la espada y abran los libros!"* (Idem, p. 16).

As milícias bolivarianas

As Missões Sociais - programas sociais de assistência médica, educativa, etc - são a grande base de sustentação política e social do governo Chávez. Sendo assim, a questão militar não poderia deixar de possuir sua própria Missão: trata-se da *Misión Miranda*. Esta Missão *"representa la alianza cívico-militar, la unión del pueblo y la Fuerza Armada en pro de un mismo objetivo: servir a la patria y defender la soberanía nacional"*. (DESPACHO DEL PRESIDENTE, 2007b p. 55). O objetivo da Missão Miranda é a organização, capacitação e retreinamento dos reservistas das Forças Armadas, visando assegurar a defesa militar e a participação ativa no desenvolvimento da nação. Ainda, capta os reservistas desempregados e os incorpora aos programas de formação para o cooperativismo e para a microempresa.

Após a Reforma Constitucional de 2007, instauraram-se as unidades e corpos da reserva militar como unidades da Milícia Popular Bolivariana. Assim, de maneira voluntária, os reservistas são constituídos como o corpo das Milícias e deixam de estar numa posição marginal - como eram considerados antes, por estarem, supostamente, inaptos em relação às outras frentes da defesa nacional - ao serem incorporados de maneira sistemática às Forças Armadas Bolivarianas constituindo o que passou a ser chamado de Defesa Integral da Nação, onde todas as instâncias da Força Armada Bolivariana se coadunam.

As Milícias – termo que aos brasileiros soa de maneira extremamente negativa – possuem a incumbência de contribuir para a consolidação da proposta Constitucional de adequação das Forças Armadas à ideologia bolivariana.

Além dos militares reservistas, as Milícias são compostas por civis. Estes recebem treinamento militar e são instruídos a defender a Revolução Bolivariana, numa perspectiva de movimento e atuação contínuos. A idéia de integrar as Milícias às Forças Armadas se relaciona com a aliança cívico-militar e com a idéia de corresponsabilidade pela defesa da nação, apregoadas pelo presidente Chávez desde sua eleição em 1998. Com a atuação requerida nos mais diversos setores da sociedade, os militares passam a ser responsáveis pelo desenvolvimento da nação, tal qual a sociedade civil; e a sociedade civil passa a ser responsável pela defesa desta, tal qual os militares.

A idéia principal das Milícias é utilizar a experiência dos reservistas a fim de treinar militarmente o povo. Assim, as Milícias, parte específica das Forças Armadas, são identificadas pelo

governo como a melhor expressão contemporânea do que, desde a época de Bolívar, se conhece por *pueblo en armas*. Nas palavras de Chávez,

Una Fuerza Armada como la nuestra tiene que ser, además, disuasiva, contra esos cuerpos policiales que todavía quedan por ahí, que les gusta atropellar al pueblo. Los jefes de guarnición no pueden permitirlo, no deben permitirlo, sobre todo las policías en manos de sectores que las empiezan a utilizar como cuerpos paramilitares, represivos. Esa lucha a favor del orden público, de la estabilidad del país, es responsabilidad de todos nosotros. (...) La milicia no puede seguir siendo lo que fue la reserva, era algo como marginal, no, y pasando hambre los reservistas. No, compadre, no; tropas de combate. La juventud bolivariana debe convertirse en un ejército de milicianos, los trabajadores de las industrias, de las fábricas, los campesinos de los campos, valga la redundancia, los indígenas. Batallones de indígenas quiero ver yo, de milicia; todo, la Fuerza Aérea también tiene que formar sus batallones, la Guardia Nacional. Apoyar la formación de las milicias, porque todavía hay mucho de aquello viejo. Yo lo sé. No, que la milicia es una cosa por ahí aparte, no. La milicia es el pueblo en armas, y nosotros somos la tropa y unidad de primera línea. Somos eso: primera línea, pero la masa del pueblo debemos organizarla militarmente y equiparla y armarla, hasta donde podamos, adiestrarla, estimularla, convertir cada cuartel en un centro de adiestramiento y organización de las milicias, de esa comunidad, de ese campo, de ese pueblo, de ese barrio (DESPACHO DEL PRESIDENTE, 2009b, p. 15).

Notadamente o papel que a Força Armada Bolivariana exerce hoje é muito mais interessante do que o usualmente exercido pelas Forças Armadas tradicionais: inserida na vida da sociedade, trabalhando efetivamente na solução de problemas sociais e na construção de uma ideologia antiimperialista, e incentivando o aprimoramento intelectual e crítico dos militares.

Porém, esta instituição é uma parte do governo e sem o governo ela não tem condições de se perpetuar, pois não é um movimento vinculado organicamente ao povo. Portanto, as Forças Armadas Bolivarianas não podem ser consideradas, irrestritamente, o *pueblo en armas*. Não podem ser consideradas como o equivalente aos movimentos que efetivamente nasceram do povo e se constituíram em movimentos armados, como o Movimento Zapatista ou o Exército de Libertação Nacional (EZLN). Encontraria-se um contexto distinto caso a chegada de Hugo Chávez ao poder fosse fruto de um efetivo levante revolucionário, de uma efetiva mobilização das classes subalternas. Porém, Chávez chegou ao poder como a esperança daqueles que tinham os interesses até então prejudicados - as camadas da classe média, uma parcela da pequena burguesia e as próprias classes subalternas - e não como o fruto de uma intensa mobilização de massas e muito menos como o cume de um estopim revolucionário. Ainda que a proposta das Milícias seja um avanço em relação a usual configuração das Forças Armadas, tanto pela sua inserção social quanto pela participação de civis em seus roles, a mesma continua circunscrita ao Estado, em termos de iniciativa e em dependência estrutural.

Outro ponto importante a ressaltar diz respeito à efetividade da luta da classe trabalhadora em um horizonte em que esta luta está sob os auspícios do Estado. Em outras palavras, como pensar a organização da classe trabalhadora visando à consolidação da sociedade comunista quando esta organização está sob a égide do braço armado do governo? A resposta se encontra na definição do caráter do próprio governo, de sua ligação efetiva ou não com as classes trabalhadoras e de seu compromisso para com a construção de uma sociedade socialista. Se para alguns ficam tolhidas as possibilidades mais amplas de organização e luta, restringindo-se a possibilidade de uma luta que vá além das esferas do Socialismo *do* Século XXI; para outros estas iniciativas são o ponto inicial do caminho até o socialismo *no* século XXI.

Para além das críticas que podem – e devem – ser feitas, é fundamental ressaltarmos os avanços venezuelanos tanto na configuração interna das Forças Armadas e na relação Forças Armadas-povo, quanto na semente lançada pelas Milícias. Atribuir um papel diferenciado a uma instância usualmente repressiva e ainda propiciar que as classes trabalhadoras se liguem a ela através dos programas governamentais e de sua inserção social, se identifiquem com ela através de uma ideologia absolutamente progressista e compartilhada e aprendam estratégias militares e táticas de guerrilha, antes restritas às instâncias governamentais e aos grupos paramilitares é, sem dúvidas, um avanço significativo para o processo de construção de uma sociedade socialista.

Talvez quando esta construção superar sua pedra fundamental seja possível falar efetivamente em “povo em armas” na Venezuela.

Referências

BUTTÓ, LUIS ALBERTO. **Nuevo profesionalismo militar y participación política de la Fuerza Armada: un estudio histórico**. Las Vegas: Latin American Studies Association, 2004.

CALDERA, FÁRIDO. **La Fuerza Armada Nacional: actor y constructor del nuevo orden sociopolítico venezolano**. Revista de Arte y Humanidades ÚNICA, ano 9, n. 23, sep\dici 2008.

DESPACHO DEL PRESIDENTE. **La doctrina militar bolivariana y el poder nacional. Aló Presidente Teórico 5**. Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información. Caracas, 2009a.

_____. **La Fuerza Armada Nacional Bolivariana y la batalla de las ideas. Aló Presidente Teórico 4**. Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información. Caracas, 2009b.

_____. **Ahora la batalla por el sí. Discurso de presentación del Proyecto de Reforma Constitucional ante la Asamblea Nacional**. Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información. Caracas, 2007a.

_____. **Misiones Bolivarianas**. Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información. Caracas, 2007b.

FERREIRA, CARLA C. C. **Ideologia bolivariana: as apropriações do legado de Simon Bolívar em uma experiência de povo em armas na Venezuela. O caso da Guerra Federal (1858-1863)**. Dissertação de Mestrado: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

NORDEN, DÉBORAH. **¿Autoridad civil sin dominación civil? Las relaciones político-militares en la Venezuela de Chávez**. Revista Nueva Sociedad, n. 213, ene\feb 2008.

RODRÍGUEZ-FRANCO, XAVIER. **La democracia uniformada: el poder militar en Venezuela**. Revista Polis, vol. 2, n. 1, 2006. p. 245-272.